

ATA N.º 5/2019:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2019:

No dia vinte de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Salão da Junta de Freguesia de Pinhal Novo (Freguesia de Pinhal Novo), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, António Manuel da Silva Braz e José Calado Gertrudes.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para esta reunião de dia 20 de fevereiro de 2019, apresentado pela Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, foi convocado, nos termos do nº 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. António Manuel da Silva Braz. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Protocolo de Colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes

PONTO 2 – Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela

PONTO 3 – Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente

PONTO 4 – Início dos Procedimentos de alteração aos Regulamentos Municipais de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Culturais Municipais e de Apoio ao Associativismo

PONTO 5 – Cedência temporária de domínio público para eventos de promoção de produtos locais

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida

PONTO 7 – Início do procedimento de elaboração do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Palmela

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa com a explicação de que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 3/2019 - reunião extraordinária de 24 de janeiro de 2019.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António Braz, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelos Srs. Presidente, Álvaro Amaro; Vice-presidente, Adilo Costa, e, Paulo Pacheco, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, no período compreendido entre 06.02.2019 e 19.02.2019.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos

processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 04.02.2019 e 15.02.2019.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento, à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 06.02.2019 a 19.02.2019, no valor de 1.461.652,05 € (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e cinco cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 19.02.2019, apresenta um saldo de 11.004.408,75 € (onze milhões, quatro mil, quatrocentos e oito euros e setenta e cinco cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 9.921.282,96 € (nove milhões, novecentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e dois euros e noventa e seis cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.083.125,79 € (um milhão, oitenta e três mil, cento e vinte e cinco euros e setenta e nove cêntimos).

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE PINHAL NOVO

O **Sr. Presidente** informa que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a "*Semana das Freguesias*". A semana da Freguesia de Pinhal Novo decorre de 18 a 22 de fevereiro de 2018. Descreve a programação:

Agradece a disponibilidade da Junta de Freguesia para acolher esta reunião e informa que durante a semana dedicada à freguesia de Pinhal Novo o trabalho planeado procura promover e realçar um trabalho em parceria com a Junta de Freguesia, com um programa que integra um conjunto de reuniões, apresentação de projetos, visitas a obras locais, umas a decorrer e outras pendentes, visitas a escolas e a empresas, reuniões com a população e com os agentes locais de diversas áreas.

Nesta semana este trabalho foi preparado, também com indicações da Junta de Freguesia, sobre o que era prioritário identificar, resolver e com o propósito de reforçar a proximidade e possibilitar aos cidadãos e cidadãs um contacto mais direto com o município e com os seus

representantes eleitos. Portanto, na segunda-feira foi realizada uma reunião de trabalho com os novos órgãos sociais da Associação de Moradores do Bairro da Cascalheira, um encontro que permitiu fazer o ponto de situação de um conjunto de alertas, questões correntes que vão fazendo chegar e destaca as preocupações referentes à velocidade excessiva naqueles arruamentos, onde ao contrário de outras localizações, o parecer da Proteção Civil e dos Bombeiros não vê inconveniente na colocação de lombas redutoras de velocidade e, portanto, é uma questão que está a ser analisada para ser implementada. Também foram abordadas questões relacionadas com a drenagem pluvial na Rua Nossa Senhora d'Aires, local onde há um problema de obstrução da passagem de águas e questões sobre a limpeza do espaço público, reparação de calçada e de algumas tampas de esgoto que estão demasiado salientes em algumas ruas daquela zona. Refere que a autarquia fez, há 2 anos, um investimento de requalificação daquele espaço que tem hoje um ginásio ao ar livre, uma horta comunitária, um espaço de jogo e recreio e uma Praceta mas, ainda assim, existem problemas nalguns prédios, e dado que o promotor não o fez, é necessário colocar um revestimento cerâmico para fazer o remate entre a cota soleira dos espaços exteriores e aquilo que ficou à vista da fundação dos prédios. Para esta situação foi pedido à Associação de Moradores que reunissem com os representantes dos vários condomínios para que a autarquia possa ter autorização para intervir em propriedade privada. Dá nota da colocação de iluminação Led no Bairro e de um orçamento que foi solicitado para o prolongamento da iluminação pública na Rua dos Sanheiros. Salienta que a Associação de Moradores do Bairro da Cascalheira tem demonstrado, desde sempre, uma grande disponibilidade para assumir responsabilidades delegadas e descentralizadas, tal como as Juntas de Freguesia e assim, recorda que esta Associação tem com o município, um protocolo para a manutenção dos espaços verdes, da gestão e manutenção do polidesportivo e também demonstrou a disponibilidade para trabalhar em parceria com a Junta de Freguesia no espaço de jogo e recreio que é uma responsabilidade de Junta de Freguesia.

Na terça-feira foi realizada uma reunião entre o executivo da Junta de Freguesia e o executivo municipal, na qual partilharam informação sobre obras e projetos para a freguesia de Pinhal Novo, com especial destaque para as candidaturas a fundos comunitários que têm impacto na freguesia, nomeadamente a intervenção na ligação intermodal Pinhal Novo Sul; o ponto de situação da Ribeira da Salgueirinha que aguarda o visto do Tribunal de Contas; a Unidade de Saúde Familiar Sul; o projeto de articulação do Jardim José Maria dos Santos com o largo da Mitra que assenta na promoção de percursos acessíveis no conceito da intermodalidade, tendo em vista a possibilidade de criar ali a deslocação a pé, de bicicleta, transporte ferroviário e estacionamento, solução que passa, sobretudo, pela remodelação, numa 2ª fase, da zona nascente do jardim, com a criação de uma caixa de estacionamento na rua de acesso à estação e uma solução de trânsito para a rotunda dos Pinheirinhos. Dá nota que o município, através de uma candidatura à Eficiência Energética para a Iluminação Pública tem a decorrer um procedimento, cujo investimento de 790 mil euros integra, também, a uniformização da

iluminação pública na vila de Pinhal Novo com recurso à tecnologia Led. Foi, igualmente abordado, o Plano de Combate ao Insucesso Escolar "Eu Conquisto o Meu Sucesso", que é um investimento significativo do município, a decorrer desde o início do ano letivo e tem impacto em várias escolas do concelho envolvendo toda a comunidade educativa, promovendo diversas práticas pedagógicas e ações de formação, visitas de estudo, maletas pedagógicas, enfim, um conjunto de outras ações com o compromisso de aumentar as taxas de sucesso e reduzir o abandono escolar. Também foi debatido o projeto de requalificação do Monte Francisquinho, cujo espaço decorre de um projeto a candidatar muito em breve, e que tem como objetivo criar um espaço para respostas sociais e associativas, que começou com a cedência de espaço para o Moto clube, e, sobretudo, neste projeto está a Liga dos Combatentes que tem uma resposta social naquele espaço, portanto, nesta lógica de formar um "ninho" de associações e respostas sociais, pretende-se apostar num conjunto de serviços que contribuam para combater fenómenos de exclusão. Para além do núcleo da Liga dos Combatentes que já está ali instalado, vão ser reabilitados os edifícios antigos no Monte do Francisquinho, para criar salas que vão servir para formação, atendimento, Gabinete de Apoio à Vítima, sala para utilização das associações residentes e a criação, na área exterior, de uma zona de desportos radicais, um pequeno anfiteatro ao ar livre e um pavilhão multiusos modelar que servirá para eventos de diversa natureza, culturais ou mesmo na área do desenvolvimento económico com feiras e exposições.

Refere que a Junta de Freguesia apresentou um conjunto de questões que dizem respeito, maioritariamente, a temas relacionados com a limpeza, recolha de resíduos, espaços verdes, sinalização e trânsito, sendo que sobre a questão do trânsito, esclarece que não se trata de um estudo de trânsito, mas sim de duas situações que estão a ser estudadas e irão ser debatidas com os moradores da zona, sobre algumas alterações de sentidos. Fundamentalmente, o grande problema é, de facto, a inexistência de uma circular e de uma variante ao centro urbano de Pinhal Novo e, é isso que está a fazer falta, ou seja um novo atravessamento sobre a linha férrea numa outra zona e também faz falta outros compromissos, nomeadamente que a Infraestruturas de Portugal assumam com a autarquia, antes de entregarem as estradas nacionais, no âmbito do Regime/Quadro de transferência/delegação de competências para os municípios. Informa que foram debatidas questões relacionadas com as acessibilidades, sobretudo, na zona da área da Praça da Independência, cujo pavimento tem provocado vários acidentes e aquilo que o município tem programado, é fazer um levantamento de várias questões sobre conservação, pavimento, iluminação e outras situações, para poder fazer uma intervenção mais profunda. Destaca que foi dada uma particular atenção à necessidade da realização de algumas obras mais profundas em edifícios escolares, que estão para além da delegação de competências da Junta de Freguesia e analisaram, também, o estado de conservação dos polidesportivos e espaços de jogo e recreio.

Relativamente à intervenção no Jardim José Maria dos Santos, informa que a empresa vai iniciar os trabalhos brevemente, construindo uma caixa de estacionamento junto da Esplanada do Lago, começando a intervir entre esta zona até ao Chafariz para a construção da gare dos autocarros e vai tentar proceder à demolição de parte do lago retirando tudo aquilo que tem de ser retirado antes de aterrar, para que possam depois, decorrer as atividades programadas, como o Mercado Caramelo e outras. Portanto, está combinado com a empresa, que se não conseguir fazer tudo isto até final de março, iniciará parte dessas obras numa data posterior aos eventos que já estão programados. Ainda para o Jardim José Maria dos Santos, informa que está adjudicado o trabalho de restauro do busto de José Maria dos Santos.

Informa que foram efetuadas várias visitas, nomeadamente ao Polidesportivo 1º de Maio, na Rua Febo Moniz, que está muito degradado, no qual a Junta de Freguesia tem feito a conservação das balizas, das redes de embate e vai proceder à pintura dos muros, mas, de facto, precisa de um pavimento novo. É uma obra que estava no Plano de Plurianual de Investimentos para ser realizado no ano passado, mas tiveram de colocar para este ano, porque o procedimento não tinha verba suficiente. Trata-se de um investimento de 35 mil euros, para um piso de um material inovador, em plástico e em grelha de encaixe que permite o escoamento das águas, cujo concurso público para a empreitada vai ser lançado em março. Visitaram o jardim-de-infância do Vale da Vila, cujo edifício está integrado no projeto Plano dos Centenários e tem sido uma excelente resposta pedagógica e didática para as crianças daquela zona, com um excelente pavilhão para as refeições, corredores com toldos por causa da chuva, contudo as janelas estão a precisar de ser substituídas. Está programado colocar janelas com caixilharia em PVC, com vidro duplo para um maior conforto térmico e colocação de estores, num investimento superior a 11 mil euros; depois a Escola Básica Alberto Valente, que tem aproximadamente 500 alunos, com muitas salas, janelas, persianas e muitas outras coisas, em que a Junta de Freguesia tem feito um excelente trabalho, mas também, nesta escola vai ser necessário alterar o sistema dos estores, num valor de investimento 17 mil euros; a Rua D. Sancho I, para a avaliação de uma solução que tem sido estudada e que a Junta de Freguesia já havia realçado, uma vez que é uma rua que tem canteiros com grandes dimensões e passeios muito largos, pelo que atualmente, sendo cada vez mais necessário criar bolsas de estacionamento, parece oportuno fazer obras nesse sentido.

Dá nota que foi realizada uma reunião com a Associação de Moradores do Bairro do Pinheiro Grande para apresentar o projeto, uma das obras mais votadas no "Eu Participo", o asfaltamento das ruas 25 de Abril e 1º Maio no Bairro Pinheiro Grande e cuja obra vai também, abranger as Ruas dos Vinhedos e do Montinhoso. Este projeto está no Plano Plurianual de Investimentos 2019/2020 e nesta reunião, tiveram a oportunidade de confirmar aos moradores da zona que não vai ser uma empreitada de uma simples pavimentação. Portanto, a solução que foi estudada e porque a autarquia conseguiu tomar posse administrativa do loteamento L11/96, tendo assim, a oportunidade de fazer as infraestruturas em falta, nomeadamente a

construção da estação elevatória, pelo que o projeto contempla não só os esgotos para esses dois arruamentos do Bairro, como também, contempla a remodelação da rede de água. O custo das pavimentações estava estimado em 80 mil euros, mas com todas estas componentes das infraestruturas, o custo sobe para os 145 mil euros mais IVA, considerando que vale a pena fazer este esforço.

Durante a manhã de hoje, toda a vereação esteve numa visita à freguesia que se iniciou na ecopista, em que ainda falta realizar ali alguns trabalhos, mas prevê-se que a obra esteja concluída até final de março. Refere que numa 1.ª fase tiveram alguns problemas por causa da autorização para o abate e desbaste de alguns Sobreiros e com algumas entradas de propriedades, mas conseguiu-se consensualizar tudo. Portanto, fica em falta a vegetação, parte da iluminação, algumas árvores e uma zona que vai levar uma vedação do lado junto à Estrada Nacional 252. Depois, seguiram para a obra que está a iniciar-se nos logradouros das ruas 25 de Abril e Infante D. Henrique, cuja empreitada vai decorrer numa só fase, uma vez que o município conseguiu arranjar disponibilidade financeira para o efeito. A obra contempla o arranjo dos logradouros, a drenagem pluvial, pequenas zonas verdes e, sobretudo uma bolsa de estacionamento que abrange 50 lugares de estacionamento. A seguir, visitaram a futura Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo, convidando a Sra. Diretora do Agrupamento dos Centros de Saúde da Arrábida, uma vez que parte da obra do edificado é contratualizada e paga pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e a parte das infraestruturas, projeto, fiscalização de obra e espaço exterior são assumidos pela autarquia. Puderam verificar que a obra recuperou o atraso que tinha e será entregue no final de junho, princípio de julho, mas a abertura não será feita nessa altura. Portanto, há um compromisso dos responsáveis Administração Regional de Saúde, para que no final do último trimestre do ano o edifício já possa ter o equipamento, já tem a equipa técnica de gestão e médica a ser constituída, com a possibilidade do Pinhal Novo vir a ser servido por mais 6 ou 7 médicos de família.

Relativamente às empresas locais, visitaram uma nova empresa, localizada no espaço da antiga "fábrica dos eletrodos", a "OVO Solutions"- Soluções Ambientais S.A., que comercializa contentores para resíduos e serviços relacionados, líder de mercado nos ecopontos e que está a fazer novos ecopontos também para a Amarsul; integra-se no RNC capital, 100% nacional, com presença em 6 países e os grupos RARI, Moto Moldagem e SEDI. Atualmente está a operar nestas instalações nas áreas da montagem, serigrafia e armazenamento e estão a procurar fazer obras de adaptação de edifício, tendo já sido agendadas reuniões com o município, para verificar a possibilidade de ampliar e transferir outras unidades de produção.

Em seguida, visitaram o Aceiro do Marcolino, para verificar a obra já em curso dos esgotos, que não deve estar muito longe de estar concluída, é uma obra que contempla 5 pequenos prolongamentos, com 5 novas ligações aos emissários Simarsul, que permite ligar esgotos a

mais 37 habitações, portanto, é um investimento de 50 mil euros, a pavimentação está adjudicada e aguardam que a obra termine, que a EDP e a PT desviem os postes.

Depois, estiveram no Largo da Mitra para apresentar o projeto para aquele espaço aos Srs. Vereadores e Jornalistas, portanto, considera que é uma obra que vai ser interessante e um bom contributo para dar uma nova imagem e vivência, que é pretendida para a zona Sul do Pinhal Novo. O concurso vai ser lançado entre abril e maio, contemplando não só lugares de estacionamento, mobiliário urbano, nova iluminação, um abrigo de passageiros e uma ilha ecológica, ou seja com os ecopontos enterrados e também uma reabilitação de um troço de ligação à ciclovia Val'Flores que se inicia na Rua Infante Dom Henrique. Informa que o município tem estado em negociações com as Infraestruturas de Portugal, para transferir a responsabilidade do túnel de passagem inferior, que implicará encargos para o município, sobretudo os contratos de manutenção dos elevadores, energia e manutenção, uma vez que têm para ali um projeto que visa através de algumas intervenções artísticas e de arte urbana, dar uma nova imagem. Portanto, ainda sobre a reabilitação urbana, alerta para a sessão sobre os incentivos à Reabilitação Urbana em Pinhal Novo que irá decorrer amanhã, pelas 21h00, no auditório municipal, na qual será também apresentado o instrumento financeiro que é muito vantajoso para quem quiser reabilitar imóveis nessas zonas. Esta ação é realizada na lógica de tratamento do espaço público, reabilitação, requalificação de infraestruturas que compete também às entidades públicas e depois um conjunto de incentivos para os particulares poderem investir e reabilitar, para poder dar uma outra dinâmica, nestas zonas mais antigas e que se encontram degradadas. Refere ainda que, o município para além de contactar alguns proprietários, não só para dar nota destes incentivos, mas também para responsabilizar outros, a tomar medidas, uma vez que existem alguns edifícios que o município gostaria de ver reabilitados, nomeadamente, o edifício da antiga sede do Pinhalnovense que não pertence ao Clube Desportivo Pinhalnovense, entre outros edifícios ali localizados.

Terminaram o dia com a visita à empresa "Colicapela - Engenharia e Estruturas de Madeira", que se instalou nas antigas instalações da fábrica "Agaerre" e revela que ficaram maravilhados com a dimensão e qualidade dos trabalhos que fazem para todo o mundo, desde pavilhões, casas de madeira, monoblocos de refeitórios, sobretudo, o entusiasmo dos investidores que vieram de outros locais e que estão muito satisfeitos por estar na freguesia de Pinhal Novo e no concelho de Palmela e que deram conhecimento de outros projetos que têm para crescer, em termos de instalações e negócio.

Refere que amanhã irão visitar a Escola Básica da Palhota, onde as crianças irão participar num "Eu Participo". Recorda que no ano passado foi na Escola Básica da Lagoa da Palha e aquilo que pediram foi feito, tendo a Junta de freguesia correspondido a uma série de pedidos e a Câmara tendo cumprido outros e à noite, como referiu, irá decorrer a sessão sobre ARU de Pinhal Novo no auditório municipal e na sexta-feira, irão ser feitos atendimentos durante a manhã, com os vereadores que têm pelouros, às 16 horas no átrio do auditório da Biblioteca,

irão ter a conferência de imprensa para fazer o balanço da semana, às 17 horas a Rede de Cidades e Vilas de Excelência irá distinguir o município com a bandeira das Cidades e Vilas de Excelência de nível 3, por causa de um conjunto de projetos de acessibilidades das ecopistas, do conceito do largo da Mitra, do projeto para o Jardim José Maria dos Santos e também do estudo de soluções de transporte flexível para território peri urbano, que é um estudo para todo o concelho e que faz parte do Plano de Ação para a Mobilidade Sustentável aprovado para a Área Metropolitana de Lisboa, pelo que o município de Palmela terá esta distinção.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público, e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sra. Lina Silva (1.)

Cumprimenta os presentes. Refere que tem vários assuntos para abordar, sendo que o primeiro está relacionado com uma licença de habitação, que já foi requerida a 13 de novembro de 2018 e ainda não obteve resposta. Refere que já tem os assuntos todos tratados nas finanças e já enviou ao município um pedido para a resolução desta situação.

Uma outra questão é referente à limpeza no Pinhal Novo, que considera estar muito sujo, ou seja, nas ruas, quase é impossível caminhar sem pisar dejetos de canídeos e isto acontece um pouco por toda a parte, principalmente na ciclovia, onde a situação é preocupante. Em relação a esta questão sente uma grande revolta, tal como as restantes pessoas com quem fala sobre este assunto, não só pelo cheiro intenso que se sente no Pinhal Novo, não só devido aos dejetos dos cães, como também de uma quinta situada perto do Terrim que tem uma série animais. Aliás, perto da Junta de Freguesia, existe dejetos de cão e dejetos de gato nos canteiros. Refere que esta situação está cada vez pior, as pessoas que têm os animais fazem isto de uma forma muito descontraída e afastam-se uns metros quando os cães estão no passeio como se nada fosse com eles. Portanto, considera que a autarquia tem de tomar uma posição em relação a esta situação e entende que só há uma solução, a aplicação de coimas. Recorda que há uns anos comentou com o Sr. Presidente que a cidade de Paris tinha um problema gravíssimo com este tipo de situações e nessa altura a Câmara de Paris decidiu aplicar coimas e recorda que teve esta informação com o Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente** refere que chegaram a utilizar umas motas com aspirador, mas continuará sempre a haver dejetos de cães.

A **Sra. Lina Silva** refere que Paris, atualmente é uma cidade totalmente diferente e só se conseguiu através da aplicação de coimas. Considera que é insustentável viver assim, estar em casa e ter de ir limpar o passeio porque tem lá uma série de dejetos de cães, todos os dias. Portanto, considera que é um assunto que tem de ser pensado e tratado. As pessoas têm direito a ter animais, mas têm de ser asseadas, porque isto provoca problemas a nível de saúde pública. Acrescenta que muitas pessoas não pensam nisto, porque andam de carro e não a pé. Ainda em relação à limpeza do Pinhal Novo, também repara que está tudo muito sujo, com muitas beatas no chão e, inclusivamente, no bairro onde reside atualmente, o Bairro Lencastre, nunca viu lá ninguém da limpeza urbana e tem conhecimento que existem outros locais, que também não vão lá. Portanto considera que isto é inadmissível, aliás, até aqui na zona perto da Junta de Freguesia, nota que há desde 2 anos, as ruas estão muito mais sujas.

Uma outra questão está relacionada com Bairro Lencastre, com a quantidade de fios elétricos pendurados entre postes e muito perto das pessoas e considera que aquilo mais parece uma cidade da América do Sul. Refere que está disposta a contactar os moradores para que a EDP possa ali fazer essa intervenção, ou seja, colocar os cabos elétricos subterrâneos. Considera que era algo que a Câmara Municipal deveria equacionar.

Sra. Marina Teles (2.)

Cumprimenta os presentes. Refere que é presidente da Direção da Associação de Moradores Entre Ruas. Relativamente ao Aceiro do Marcolino, as obras estão a decorrer e, de facto, espera que a EDP não se atrase muito a desviar os postes. Em relação aos ramais individuais, o Sr. Presidente referiu 37 ramais porque se tratava das casas que estavam habitadas, mas existem moradores que têm as casas desabitadas e questionaram se ainda é possível fazer uma alteração e fazer mais 2 ou 3 ramais.

Depois, em relação ao local onde vai ser feito o asfaltamento, aponta para a questão das valas de água, que na parte junto à linha férrea está mais baixa, mas atualmente está a correr para o interior da estrada.

O **Sr. Presidente** refere que a obra contempla essa intervenção nas valetas laterais da estrada, numa zona de confluência com a Rua do Alentejo.

A **Sra. Marina Teles** refere que podem sempre entrar em contacto, depois, para não haver chatice em relação aos moradores que gostariam que as valas ficassem resguardadas nos seus terrenos.

Em relação à Rua dos Ferroviários, que é uma rua muito pequena e que está em risco de alguns muros ruírem se houver chuvas mais fortes, pelo que questiona se já têm data prevista para as obras.

Em relação aos pedidos das passeadeiras e bandas cromáticas para reduzir velocidade no Aceiro dos Arraiados, foram feitos há algum tempo. Recorda mais uma vez o estado em que está a Rua do Alentejo, a quantidade de buracos que a estrada tem, o Aceiro do Anselmo também está quase intransitável e convinha que pudessem lá ir, porque se chover mais em março e abril, vai criar ali grandes problemas de circulação.

Relativamente ao Aceiro do Costa, a Associação estabeleceu contacto com a Amarsul para colocar ecopontos, e depois a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho até respondeu, que já estavam disponíveis no Aceiro das Sapatarias e dos Arraiados, mas coloca-se a mesma questão, a Amarsul tem má vontade, porque consideram que o ecoponto situado junto ao café Cancela é suficiente e, naturalmente, que não é suficiente, porque dista cerca de um quilometro e meio. Ainda no Aceiro do Costa, aquele espaço que julga pertencer às Infraestruturas de Portugal, por baixo do viaduto, geralmente tem os problemas das silvas e depois de ser limpo, acha que seria um bom local para colocar ali ecopontos.

Sr. que não se identifica (esposo da Sra. Lina Silva) (3.)

Cumprimenta os presentes e questiona porque é que os carros estão constantemente estacionados em cima dos passeios e ninguém faz nada. Isso impede a mobilidade de qualquer pessoa. Portanto, pergunta quem é que tem de agir, se é a autarquia ou se é a GNR, porque é inadmissível esta situação no Pinhal Novo, que certamente não será só aqui, mas de facto, é um problema frequente.

Face às questões apresentadas pelo/as Srs./as. Múncipes, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta à Sra. Lina Silva (1.), o **Sr. Presidente** refere que em relação à licença de habitação, irão procurar saber o que se passa, até porque tem-se registado algumas dificuldades uma vez que a autarquia tem pouco pessoal na Divisão de Administração Urbanística, com pessoas que saíram e outras de baixa médica. Para esta situação, têm processos de recrutamento a decorrer, mas as entradas não estão a compensar as saídas. Portanto, a secretária da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho irá, posteriormente, entrar em contacto com a Sra. Lina Silva.

Relativamente à limpeza e dejetos caninos, informa que preocupa todos os que residem no Pinhal Novo e que em algumas situações da limpeza não tem sido fácil, pelo que para essa situação, informa que está a decorrer um processo de entrada de pessoal para reforçar as equipas da varredura. Refere ainda que estão previstos, durante este ano, investimentos mecânicos, ou seja, aquisição de varredoras mecânicas que irão procurar apoiar o serviço de varredura manual. Refere ainda que esta questão da limpeza, está relacionada também com a

questão de quem suja e porque é que suja, ou seja, ainda esta manhã, num café aqui bem perto, verificou que mesmo havendo um recetáculo para as beatas, o passeio e a estrada tinha centenas de beatas. É verdade, que é preciso fiscalizar e multar e, também nesta questão dos dejetos caninos, o município tem campanhas, tem instalado dispensadores de sacos em vários espaços, sobretudo, perto de espaços verdes. Contudo ainda há muita falta de civismo, mas nem todas as ruas estão assim, felizmente. O município não tem condições para ter pessoal em todo o lado, a gestão que tem sido feita dos recursos, tem procurado criar pequenas brigadas que ora vão para os arruamentos no lado Sul, ora vão para a Alameda. Refere que de uma maneira geral, com um reforço das equipas, repara que estão a conseguir minimizar um pouco esta questão da sujidade. Também a questão dos monos, segundo informações recolhidas junto dos munícipes, a situação melhorou, porque isso também contribuía para espalhar sujidade pelas ruas, os dias de recolha também têm sido respeitados, informação recolhida da parte de quem recolhe, ainda assim, por vezes verificam-se incumprimentos por parte de quem deposita.

Também esclarece que o município, relativamente aos dejetos caninos tem campanhas e tem um regulamento que aplica coimas, mas é muito difícil apanhar as pessoas em flagrante, é como o lixo que se vê depositado junto aos ecopontos e, ultimamente, a fiscalização encontrou provas, moradas e já têm processos de contra ordenação a decorrer. Mas sobre os dejetos canino, não tem conhecimento se existe alguma contra ordenação, porque é muito difícil. Refere ainda que Paris é muito grande e contínua com problemas, aliás, até a Suíça que muitas vezes servia de boa referência, também tem fenómenos estranhos em alguns bairros, isto para esclarecer que, obviamente, é necessário fazer alguma coisa, existem posturas municipais, regulamentos que procuram minimizar, mas ao contrário de Paris, o município de Palmela não tem Polícia Municipal e a legislação portuguesa é diferente, e como exemplo, explica que se passarem uma multa a uma pessoa no valor de 25 € ou de 100€ para uma situação destas, essa pessoa não é obrigada a pagar, depois vai para contraordenação, depois para tribunal e acaba por prescrever. Portanto, o sistema legislativo aqui não funciona para estas situações, no entanto, quando é uma multa do carro, as pessoas vão pagar com medo de ficarem sem o mesmo. E respondendo à questão do seu esposo, a questão dos estacionamento em cima do passeio, é naturalmente, uma questão de polícia. Esclarece que o município não pode colocar pinos em todo o lado e fundamentalmente, é uma questão de cidadania. Dá o exemplo sobre o que a GNR andou a fazer na Rua Dom Sancho I, na última semana, em veículos que nem sequer estavam em cima do passeio, ou seja, até os carros que estavam estacionados no lado direito de uma rua de sentido único, foram multados, essas multas identificavam o artigo que tem alíneas, mas essas nem sequer foram enunciadas na multa, portanto, ninguém ali consegue perceber porque foram multadas, para poderem reclamar. Os carros que estão em cima dos passeios e que impedem as pessoas de circular, não há nada a criticar às autoridades, até porque também custa à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal andar sistematicamente a

reparar as calçadas dos passeios. Informa que o município não tem tutela sobre as autoridades policiais, mas têm reuniões de trabalho nas quais procuram sensibilizá-los para algumas situações.

Refere que estas questões são, sobretudo, questões de cidadania e educação, mas enquanto não houver uma consciência coletiva sobre estes assuntos, o município vai tentando fazer alguma coisa, e para esta questão dos dejetos caninos não é fácil ter um fiscal que apanhe uma pessoa em flagrante, que a interpele e que a identifique. Considera que só quando parte do valor destas multas ou coimas for entregue às forças policiais é que, se calhar, irão ter uma colaboração mais estreita. Estas questões são estudadas, são comparadas com outros países e outras cidades, até mesmo aqueles municípios que têm Polícia Municipal, mesmo assim, não dão conta do recado todo, efetivamente, têm mais atividade e resultados na cominação destas situações. No Concelho de Palmela, existem 6 fiscais municipais para o concelho todo e é uma dificuldade apanhar quem prevarica, têm conseguido alguns resultados, mas não é possível ter pessoas ou funcionários de plantão para apanhar um prevaricador.

Relativamente à questão dos cabos elétricos, grande parte nem são de energia elétrica, são telefónicos e da televisão por cabo, mas também considera que é um problema que, durante muitos anos, não esteve regulamentado, nem enquadrado, há taxas para enterrar os cabos, com normas, mas durante muitos anos, as operadoras e por uma questão de mercado, alguém lhes permitiu fazer tudo e mais alguma coisa, algumas até sustentadas pela operadora que era estatal e que agora já não é, utilizando o mesmo poste, a mesma infraestrutura. Atualmente, os espaços que não foram loteamentos, a partir de uma determinada data, não têm calhas técnicas para isso, essas infraestruturas estão todas enterradas, mas nos loteamentos mais antigos, como aquele em que o senhor reside, não foi preparado, nem em termos de dimensão do arruamento para estacionamento, nem para a criação de calhas técnicas para ter as infraestruturas enterradas.

Sobre esta questão, até por coincidência, na próxima semana o município irá reunir com um administrador da Altice, exatamente por causa desta questão, o enterramento de redes e cabos no centro histórico e vão procurar com eles também, um plano de trabalho, em que o município está disposto a prescindir das taxas que aplica, para os isentar das taxas de atravessamento, de abertura de valas e de subsolo, desde que façam uma limpeza no concelho nos perímetros urbanos, principalmente para situações destas e recorda que têm zonas onde a infraestrutura já está enterrada, como na Rua Vasco da Gama e na Rua Febo Moniz, ainda há resquícios de cabos pendurados e esclarece que a autarquia não tem legitimidade para obrigar estas empresas a enterrar os cabos antigos.

Aproveita para acrescentar que sobre o Bairro Lencastre, está um estudo a decorrer para a alteração de trânsito, que o Sr. Vereador e Sr. Presidente da Junta de Freguesia, oportunamente irão convidar os moradores da zona para falarem sobre essas pequenas

alterações, que considera que irão melhorar, tornando aquele troço da Avenida da Liberdade e outros em sentido único, proporcionando o estacionamento mais ordenado num lado e do outro das ruas e até podendo fazer marcações de lugares e possivelmente, irá evitar-se que estacionem em cima dos passeios.

_ Em resposta à Sra. Mariana Teles (2.), o **Sr. Presidente** refere que sobre a questão dos ramais, se for nos 5 troços do prolongamento, ou seja, compreendido entre essa zona, pode ser ligada graviticamente, se ficar fora dessa zona, não está previsto, porque não é possível, aliás estão alguns ramais para pessoas que não pediram, mas como haviam ali habitações, previu-se isso. Se fizer chegar a informação por email da localização dessas habitações, será possível responder se é ou não possível.

Relativamente à Rua dos Ferroviários, informa que não foi a mais votada no "Eu Participo" para pavimentar, mas esclarece que já foi efetuada uma visita a essa rua e que há intenção de o fazer, aliás, estiveram no local a fazer um levantamento topográfico e medições para fazer o arranjo da valeta e o tratamento de um atravessamento que está interrompido. Depois, dessa valeta estar feita, irão estudar a pavimentação, porque é um troço pequeno.

Em relação às bandas cromáticas, a empreitada já começou este ano e aquilo que ficou programado fazer, é colocar bandas cromáticas a anteceder cada cruzamento, no Aceiro dos Arraiados. Sobre a passadeira, está anotada, mas é preciso ter cautela em relação ao local exato por causa de poder vir a causar possíveis acidentes, portanto, ainda não ficou decidido se deve ficar antes ou depois do cruzamento.

Sobre o ecoponto, está pedido à Amarsul e a localização que referenciou, também considera ser um bom local, que apesar do espaço pertencer à Infraestruturas de Portugal, é possível haver consenso, para colocar naquele espaço.

Volta a ser dada a palavra ao Público. Intervêm:

Sr. Nuno Miguel Areosa (4.)

Cumprimenta os presentes, residente na Rua dos Couceiros e sobre esta zona, refere que é uma zona onde tudo acontece de forma mais lenta, ou seja, em relação ao miniautocarro urbano de Pinhal Novo, só vai até à curva junto ao restaurante "O Açoriano" e deixa aí duas crianças que vêm da escola.

O **Sr. Presidente** interrompe e refere que esse transporte não é feito pelo miniautocarro do circuito urbano do Pinhal Novo.

O **Sr. Nuno Miguel Areosa** refere que não vê outra solução para os cidadãos residentes em Olhos de Água, para virem para o Pinhal Novo. Existe transporte para Palmela e para a Moita, mas para o Pinhal Novo, a freguesia onde pertencem, não têm transporte público.

Uma outra situação está relacionada com os ecopontos, ou seja deste lado da freguesia de Pinhal Novo não sabe onde está um único ecoponto. Existe um ecoponto junto à Rua dos Restauradores de Palmela mas é na freguesia de Quinta do Anjo. Portanto na zona onde reside, não têm ecopontos e ou vão até junto da Associação de Moradores, ou colocam dentro do carro e trazem até ao centro da vila de Pinhal Novo, o que considera não ser a melhor solução.

Uma outra questão que coloca ao executivo está relacionada com o saneamento básico naquela zona e apesar do Sr. Presidente ir referir que não foi votado no "Eu Participo", ação que já participou várias vezes, mas infelizmente, as obras que falou no "Eu Participo" nunca lá chegaram. Contudo, considera que as obras para o saneamento básico, deveriam ser executadas em todo o concelho, que isso só engrandeceria o concelho e o executivo. Refere que quando foi residir para aquela zona, há cerca de um ano e meio, indagou sobre esta questão do saneamento, uma vez que pagou uma série de taxas e foi-lhe referido que estava tudo em estudo. Refere que no ano passado foi feita uma sessão de esclarecimento por parte da Câmara Municipal de Palmela, numa coletividade na zona que tem graves problemas de ilegalidades e outras coisas e não vindo aqui pedir só para o seu caso, vem pedir para todos os que residem em seu redor e que têm tudo legal, em que todas as taxas foram pagas, está tudo devidamente credenciado e cadastrado, pelo que, esperava que ao fim de um ano e meio, portanto questiona o executivo sobre quais os passos que estão a ser dados ou que já foram dados para beneficiar aquela zona onde reside.

Sr. João Marques (5.)

Cumprimenta os presentes e refere que há relativamente pouco tempo, reparou que estava a ser calcetada a berma da estrada da Palhota, junto à farmácia, na Rua do Zé Nabo, portanto, pergunta se é para continuar o calcetamento, porque realmente, só tem calcetamento de um dos lados dessa estrada.

Outra questão está relacionada com a iluminação do viaduto pedonal da Refer na Venda do Alcaide, que segundo as informações do executivo, a responsabilidade é da EDP, mas em tantas vezes que tem falado nisto, nas diversas sessões públicas em que sugere a hipótese de colocarem ali um projetor para iluminar esse viaduto, passados 2, 3 e 4 anos, nada foi feito, nem há iluminação da EDP, nem projetor para o viaduto, por isso pede mais uma vez a atenção para o executivo sobre esta situação.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Múnicipes, são prestadas as seguintes explicações:

_ Em resposta ao Sr. Nuno Miguel Areosa (4.), o **Sr. Presidente** refere que sobre as questões de mobilidade e transportes, não era uma competência municipal, mas uma atribuição e, não era uma competência municipal, porque está dependente das concessões que eram atribuídas pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes e desde 2015 com uma alteração legislativa, as questões dos transportes passaram a ser competência das autarquias, a abertura de concessões, pelo que as transportadoras só investem se quiserem. O Sr. Nuno Miguel Areosa fez considerações e perguntas retóricas, e se tiver dúvidas, pode confirmar esta informação onde quiser. Portanto, o município, nos últimos anos e é uma informação pública, se tem acompanhado as notícias, com os outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa e outros, nas comunidades intermunicipais de outros pontos do país, delegaram na AML e outros, essas competências para a criação de novos concursos públicos internacionais para a concessão de transportes públicos. Até 2020, este concurso que vai ser lançado em abril sensivelmente, vai ter de estar terminado até final do ano e em 2020 haverá novas concessões de transportes. O município, com as soluções de transporte flexível para territórios periurbanos, estudou o número de habitantes, de estudantes, de idosos, estudou por amostragem os movimentos pendulares, ou seja, para onde é que as pessoas precisam de se deslocar e tem devidamente identificados os trajetos e as soluções, seja uma solução de um transporte de uma carreira, que passe uma vez por semana ou mais vezes, de manhã e à noite ou seja é o sistema de transporte flexível, que é marcado ou é feito a pedido. Está tudo estudado e informa que foram gastos 25.000€ nesse estudo, cofinanciado a 50% por fundos comunitários no âmbito do Plano de Ação para a Mobilidade Sustentável, portanto, com esse Plano e com outros estudos feitos pelo município, foi entregue na AML para que seja integrado no concurso público internacional que vai ser feito. Para esse efeito, os municípios sem terem recebido um tostão para ficarem com essa competência, informa que o município de Palmela vai pagar este ano 1.280.000€ para aquilo que foi anunciado que é, ter um passe no valor de 30€ se circular dentro do município, vai ser mais caro do que o transporte urbano do Pinhal Novo; 40€ se se deslocar para fora da área do município, em todos os meios de transporte, Fertagus, TST, CP, Barraqueiro, Metropolitano, porque foram todos os operadores levados a participar neste processo e, simultaneamente, não estão à espera só de pagar para reduzir os passes, mas também para que haja um aumento da oferta. O circuito urbano do Pinhal Novo é urbano e não sai do perímetro urbano, é feito todos os dias, aliás todos os dias existem pedidos para ir mais além do que aquilo que está previsto, mas se o fizessem, o miniautocarro nunca chegaria a horas às escolas ou cumpriria os horários estabelecidos. Realça que esta questão dos transportes tem um preço e este miniautocarro do circuito urbano de Pinhal Novo, é totalmente financiado por dinheiros públicos e é muito acessível, mas para o circuito urbano não tem nada que ver com essa oferta que referiu. Aliás esse transporte que referiu é uma oferta que decorre em período

escolar e que é feito por um pequeno autocarro dos TST que são pagos para esse efeito, para fazer o transporte de alunos e esse trajeto, passa pelo Vale do Alecrim e vai até à Carregueira e serve para transportar, sobretudo crianças, mas os municípios também podem contratualizar, podem entrar e pagar um bilhete durante o período escolar.

Informa que na concessão que está a ser preparada no concurso público, está identificada, precisamente, uma carreira de Olhos de Água para Pinhal Novo, assim como está identificada uma de Olhos de Água para a Quinta do Anjo, mas essa é de transporte flexível, porque até as pessoas da zona de Quinta do Anjo também precisam de se deslocar para Pinhal Novo. Refere ainda que esse concurso pode ficar deserto, pode não haver operador nenhum que com a indemnização compensatória queira fazer o serviço, porque muitas vezes as pessoas dizem querer mais transportes públicos, mas depois não os usam. Enfim, têm isso tudo estudado e aquilo que solicitaram, nem se trata de um plano maximalista, para servir todos os pontinhos do concelho, mas sim, um plano perfeitamente sustentável, até do ponto de vista económico e espera que esse contrato, que vai ser feito a nível internacional, que vai ser gerido pela AML venha dar um resultado positivo.

Sobre a questão dos ecopontos, refere que existe um perto do Restaurante "O Cangalho", que não é a melhor solução e toda aquela zona do aglomerado de Olhos de Água - Pinhal Novo está pendurado na antiga Rua da oficina, na Rua do Rancho folclórico, Rua 25 de Abril e vai até à Rua dos Couceiros. Refere que quase todas as semanas o município pede ecopontos e em tempos foi pedido um ecoponto ponto para essa zona e voltará a fazer esse pedido. Mas também é preciso ter consciência que a Amarsul é constituída por 51% do capital privado e até está a fazer, agora, investimentos em ecopontos e contentores de reciclagem, porque vieram umas verbas europeias para se atingir os níveis de reciclagem do PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, porque Portugal está muito atrasado nesta questão, mas ainda assim só vão colocar ecopontos atendendo a um rácio do número de habitantes e o número de fogos existentes em cada zona. Também é verdade que esse rácio não está a ser cumprido e considera que esse rácio é incorreto, porque é um rácio feito para cidades, como o Barreiro e não é feito para zonas periurbanas, zonas mais dispersas. De facto, não tem estado a ser cumprido e o município tem reclamado, tem feito propostas e espera vir a ter algumas melhorias, porque, estão a começar a responder a alguns pedidos, pedidos esses que já tinham 4 ou 5 anos. Espera que para essa zona que identificou, vá ser colocado um ecoponto, sobretudo, perto da Estrada Nacional, porque não dá para meter em nenhum daqueles arruamentos, porque não são arruamentos com perfil e largura, sequer para estacionar, quanto mais para ter um ecoponto e, portanto, esta é a informação que pode dar.

Relativamente à questão do saneamento básico, quando o Sr. Nuno Miguel Areosa foi para aquela zona, construiu com auto-infraestruturação, porque também optou por ir morar para o campo e sabe que é assim que é feito. Recorda que há uns anos, foi elaborado um Plano Pormenor, o Plano de Pormenor de Lagoinha, Olhos de Água e Vale de Touros, quando se

julgava que iria haver muito mais construção e que aquela zona fosse densificada entre o cruzamento com a Estrada dos Restauradores e a zona que está ali consolidada e que até tem alguns problemas de avos, nos Olhos de Água-Pinhal Novo, tendo em vista isso, o município nas negociações com a Simarsul previu a construção de uma estação elevatória que fica a seguir ao café "Santo António", já preparada a pensar no aglomerado de Olhos de Água e Quinta das Flores e esta última, teve mais dinâmica urbanística, regularizaram a situação, a Associação de Moradores fez um processo de loteamento, a Câmara Municipal assumiu as infraestruturas e o saneamento básico está feito e está ligado. Em Olhos de Água, ainda estão a trabalhar nesse processo, que começou por contemplar apenas algumas ruas, aliás excluía a Rua dos Couceiros, o processo em termos de levantamento topográfico e estudo, mas o projeto não está feito e, portanto, irão ter toda a vantagem em considerar também a Rua dos Couceiros, porque quanto mais pessoas estiverem ligadas, maior viabilidade terá o projeto de ser executado e, acrescenta que a ligação de esgotos naquela zona é um compromisso de mandato. Refere ainda que, a primeira notícia que tiveram do estudo prévio que foi feito é positiva, não será necessário uma estação elevatória, pelo menos para as ruas que já foram estudadas e, não sendo necessário uma estação elevatória, terá de se fazer a rede em baixa que ainda custa uns milhares de euros e depois ligar. Se tiver de ser feita uma estação elevatória a situação complica-se. Refere que quando as pessoas referem que 40 anos depois do 25 de Abril, ainda não têm esgotos, se verificarem com atenção, não há aqui neste concelho, nem em lado nenhum, aliás, ainda hoje existem zonas e até pequenas cidades e aldeias que estão a funcionar com Etar's compactas que teve a oportunidade de ver uma realidade dessas num país europeu que visitou recentemente. Nessas zonas, o problema é não ter sido feito o combate à edificação dispersa, porque o concelho de Palmela, não tem apenas 5 freguesias, tem 20 e muitos, núcleos já considerados urbanos e alguns não nasceram por operações de loteamento, porque se tivesse sido por operações de loteamento como as Augis, quem paga as infraestruturas são os coproprietários, portanto, quando se opta por construir isoladamente, as infraestruturas demoram a chegar, um emissário de esgotos custa milhões de euros e é por isso que o Secretário de Estado e a União Europeia não financia isso, porque atualmente, tem de ser contida a edificação e algumas soluções, em vez de irem para os emissários e estações de bombagem, vão para as Etar's compactas.

O **Sr. Nuno Miguel Areosa** fala, mas não usa o microfone, pelo que não é perceptível para ser transcrito em ata.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Nuno Miguel Areosa tem de continuar a acreditar.

O **Sr. Nuno Miguel Areosa** fala, novamente, mas não usa o microfone, pelo que não é perceptível para ser transcrito em ata.

O **Sr. Presidente** refere que dotar aquela zona de esgotos é um compromisso de mandato, portanto, o estudo começou e o senhor referiu-se a uma reunião, mas foi uma reunião que

pretendeu, por um lado criar uma associação de moradores e também que através desse grupo de moradores se pudesse identificar os proprietários de alguns terrenos que estão em avos, nalguns dos quais existem ruas a atravessar esses terrenos, aliás, foi algo que começou de uma forma ilegal, mas que felizmente, depois, houve pessoas que conseguiram registar em metros quadrados e isso fez com que essa zona não tivesse tido o mesmo nível de desenvolvimento na infraestruturação que teve em outro lados, em que as pessoas se organizaram e foi possível tratar dessas infraestruturas. Entretanto, o município fez o levantamento topográfico, fez o estudo e o projeto e, de facto a Rua dos Couceiros não está contemplada, mas ainda vão a tempo. Aliás a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho acabou de informar que a Rua dos Couceiros até está contemplada, mas que não foi referenciada no "Eu Participo", pelo que oportunamente irão ter uma ocasião para falar sobre isto, porque é um assunto que vai entrar no plano e, se calhar, já nem precisa de voltar a ir ao "Eu Participo" para ser votada, ou seja, é uma das obras que nem precisa de ser proposta, de facto, mas houve cidadãos que propuseram e consta no programa de mandato.

_ Em resposta ao Sr. João Marques (5.), o **Sr. Presidente** refere que o pedaço de berma foi uma intervenção, que se conseguiu fazer, ainda no âmbito da anterior empreitada de calçada e para solucionar um problema de empoçamento de águas existente naquele troço. Atualmente está a ser estudada uma outra solução, porque nessa estrada não são apenas valeta espraçadas, porque com aquelas manilhas e alguns daqueles terrenos sem muros, não é possível colocar ali valetas espraçadas em calçada. Pode vir a ser necessário construir um murete ou mesmo fazer um passeio daquele lado, mas é uma situação que ainda está a ser estudada e, portanto, o que foi priorizado na empreitada deste ano, são pequenos troços na estrada da Venda do Alcaide, ou seja, todas as zonas que já têm muros vão levar a calçada, e já está orçamentado.

Sobre a iluminação pública, o **Sr. Vereador Pedro Taleço** presta os seguintes esclarecimentos:

. A solução alternativa, uma vez que não poderia ser colocado um projetor direcionado para a passagem, teve de se fazer o reforço dos braços, em ambas as entradas e se reparar, nesta altura, já estão lá instalados à entrada de passagem, junto ao postes de iluminação pública, um braço suplementar, mas que não resolve a situação. Refere ainda que quando foi estabelecido contacto com a Refer, no ofício onde, inclusivamente, a autarquia se dispunha a colocar a iluminação, a Refer em troca, oferecia um viaduto. Portanto, esses postes já têm mais uma luminária em cada um, com um braço suplementar, voltada para a passagem, mas mais uma vez, de facto, não resolve a questão na passagem pelo viaduto.

O **Sr. João Marques** refere que junto ao PT existente, havia um candeeiro e que depois ardeu.

O **Sr. João Marques** continua a falar, mas não usa o microfone, pelo que não é perceptível para ser transcrito em ata.

O **Sr. Presidente** refere que vão ter de ver no local, mas convida o Sr. João Marques a ver esta questão no período noturno, porque esta intervenção foi feita como solução de recurso.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- **Voto de Pesar** (Horácio Santos Simões)

Aprovado, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas)

Aprovado, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Saudação** (André Viana e Daniela Marreiros)

Aprovado, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Saudação** (João Cruz e Simone Fragoso)

Aprovado, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

- **Saudação** (Ricardo Pires)

Aprovado, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta cumprimentos. Passa à apresentação do Voto de Pesar que se transcreve:

- **Voto de Pesar** (Horácio Santos Simões).

“No dia 14 de fevereiro, Quinta do Anjo e o Concelho de Palmela perderam Horácio Santos Simões, fundador da secular Casa Agrícola Horácio Simões e patriarca de uma família há muito

reconhecida no mundo vitivinícola. Tinha 97 anos e mantinha-se ativo, de forma atenta e sagaz, procurando participar nos processos da empresa que perpetua o seu nome e que legou às gerações seguintes.

Membro fundador da SIVIPA, Sociedade Vinícola de Palmela, em 1964, Horácio Simões apostou na produção de vinho por processos artesanais e tradicionais e na defesa das castas autóctones da região.

O Município atribuiu-lhe, por ocasião das comemorações do Dia do Concelho, em 2017, a Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, como reconhecimento pela sua dedicação ao mundo da vinha e do vinho, contribuindo para a valorização do nome do Concelho em Portugal e no mundo.

Reunida em Pinhal Novo a 20 de fevereiro de 2019, a Câmara Municipal de Palmela **expressa o seu pesar** pelo falecimento de Horácio Santos Simões, endereçando à sua família as mais sentidas condolências.”

Submetido o Voto de Pesar (Horácio Santos Simões) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

• **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas).

“Realizou-se na cidade de Moscovo a ProdExpo 2019, a maior exposição anual especializada na Rússia e na Europa Oriental, que promove produtos alimentícios de alta qualidade, no seu território. Foi neste evento, que integra um dos mais prestigiados concursos de vinhos mundiais, que a Casa Ermelinda de Freitas iniciou o ano de 2019 a conquistar 18 medalhas. Os vinhos galardoados no referido Concurso, foram:

2 ProdExpo Stars atribuídas aos vinhos mais pontuados em cada categoria:

Vinhas do Fava 2017
Merlot Reserva 2016

12 Medalhas de Ouro:

Syrah Reserva 2016
Valoroso Reserva 2016
Quinta da Mimosa 2016
Valoroso Chardonnay 2018
Vinhas do Rosário Syrah 2017
Baía de Troia Castelão 2017
Vinha do Torrão Reserva 2015
Dona Ermelinda Reserva 2016
Vinha da Valentina Reserva 2016
Cabernet Sauvignon Reserva 2015

Valoroso Cabernet Sauvignon 2017
Valororo Reserva (Touriga Nacional & Syrah) 2017

4 Medalhas de Prata:

Rocksand Shiraz 2016
Flor De La Mar Tinto 2017
Valoroso Cabernet Sauvignon 2017
Vinha da Valentina Premium Tinto 2017

Reunida na Junta de Freguesia de Pinhal Novo, a 20 de fevereiro de 2019, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Casa Ermelinda de Freitas, por mais este reconhecimento, reforço da notoriedade e qualidade da marca Casa Ermelinda de Freitas a nível internacional, contribuindo para a expansão da cultura vinícola do Concelho de Palmela.”

Submetida a saudação (Casa Ermelinda Freitas) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• **Saudação** (André Viana e Daniela Marreiros).

“A Câmara Municipal de Palmela saúda o par de dançarinos do Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, André Viana e Daniela Marreiros, pelo título de Campeões Nacionais de Dança Desportiva, escalão Juventude Open Standard, conquistado no Campeonato Nacional de Dança Desportiva 2019, que se realizou no dia 9 de fevereiro de 2019, nas Caldas da Rainha.

Os dançarinos André Viana & Daniela Marreiros, à semelhança do sucedido em 2018, voltam a sagrar-se Campeões Nacionais, garantindo também a chamada para representar Portugal nas competições internacionais.

Reunida em Pinhal Novo, a 20 de fevereiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** André Viana & Daniela Marreiros pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para as suas carreiras desportivas e para que continuem a dignificar o seu clube e o concelho.”

Submetida a saudação (André Viana e Daniela Marreiros) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• **Saudação** (João Cruz e Simone Fragoso).

“João Cruz e Simone Fragoso, nadadores da Palmela Desporto, EM conquistaram seis (6) títulos nacionais e bateram cinco recordes nacionais, no Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada, que decorreu na Guarda, nos dias 16 e 17 de fevereiro.

João Cruz sagrou-se Campeão Nacional de Inverno e bateu os recordes nacionais nos 100m mariposa, 200m estilos e 50m livres, na classe S12. Por sua vez Simone Fragoso, sagrou-se

Campeã Nacional de Inverno e bateu os recordes nacionais nos 100m bruços na classe S5 e nos 50m mariposa em Absolutos (classe S1 a S14) e na classe S5.

Reunida em Pinhal Novo, a 20 de fevereiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** João Cruz e Simone Fragoso pelos títulos de Campeão e Campeã Nacionais e pelos recordes nacionais alcançados, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação (João Cruz e Simone Fragoso) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• **Saudação** (Ricardo Pires).

“O judoca Ricardo Pires, do Judo Clube Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Cadetes, na categoria -50kg, no Campeonato Nacional de Cadetes, que se realizou no dia 9 de fevereiro de 2019, em Portimão.

Para além do título alcançado Ricardo Pires foi selecionado pela Federação Portuguesa de Judo para participar na Taça da Europa de Fuengirola – Málaga, Espanha, que se realiza nos próximos dias 16 e 17 de fevereiro. Esta prova conta para o apuramento para o Campeonato da Europa de 2019, que se realiza em junho, em Varsóvia (Polónia).

Reunida em Pinhal Novo, a 20 de fevereiro, a Câmara Municipal de Palmela saúda Ricardo Pires pelo título de Campeão Nacional de Cadetes, -50kg, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação (Ricardo Pires) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Questões colocadas pelos Srs. Vereadores

• **Saudações / Votos de Pesar / Moções no site do Município de Palmela** – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro cumprimenta os presentes e felicita a Junta de Freguesia de Pinhal Novo pelo 91º aniversário. Aproveita para perguntar ao Sr. Presidente, a propósito destas saudações que aqui aprovaram por unanimidade e o voto de pesar, se todas estas saudações, votos de pesar e moções vão ser publicadas no site da autarquia?

O Sr. Presidente refere que serão todas, inclusivamente, o voto de pesar que o secretariado da Coligação Palmela Mais só fez chegar aos serviços municipais com as alterações na segunda-feira e, portanto, vai ser feita uma nota de imprensa, uma vez que por esse motivo, o voto de pesar e condenação sobre a Venezuela que os senhores apresentaram, ficou por fazer.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que também a moção Pela Defesa do serviço Postal Público, Universal e de Qualidade, não foi votada por unanimidade uma vez que se absteve.

O **Sr. Presidente** refere que terá sido um lapso.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que também considera que tratou-se de um lapso.

O **Sr. Presidente** refere que tem nota que o Voto de Pesar não saiu, porque aguardava as alterações propostas pelo PS.

• **Rua Bartolomeu Dias (junto à ribeira da Salgueirinha) – O Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e refere que teve de se deslocar perto do local onde almoçaram, pela Rua Bartolomeu Dias e em vez de virar para o lado do supermercado Continente, continuou naquela estrada de terra batida, junto à ribeira da salgueirinha e verificou que está totalmente intransitável, só com muita dificuldade se consegue passar ali com um carro ou com uma carrinha, com buracos muito grandes.

O **Sr. Presidente** refere que fica a mensagem para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, pois sabe que a máquina anda pela freguesia e está a fazer o trabalho de conservação de aceiros, mas no futuro, esse arruamento irá ter outra circulação de trânsito.

• **Saúda o desenvolvimento e crescimento da vila de Pinhal Novo – O Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes, saúda o desenvolvimento e o crescimento da vila de Pinhal Novo e destaca a visita que fizeram à obra da Unidade Familiar de Saúde que é uma feliz parceria entre o Governo, a Câmara Municipal e todos aqueles que lutaram por aquela Unidade e que atualmente está mais perto da realidade a construção daquele equipamento que há muitos anos falta no lado Sul do Pinhal Novo.

Naturalmente que muito há por fazer, mas vai-se fazendo e, ao contrário, daquilo que muitas vezes se diz, as parcerias entre o Governo Central e as Autarquias para questões que são realmente importantes para as populações, que trazem qualidade de vida e melhorias, sobretudo, no campo da Saúde, que tão necessárias são no território de Palmela e que espera, porque o Pinhal Novo tem essa capacidade atrativa, que os médicos e os enfermeiros venham trabalhar para esta nova unidade.

Também salienta a importância dos dois novos logradouros que estão a ser reabilitados e que visitaram, mas alerta que têm de ser mais proactivos, como os aceiros, o Aceiro do Marcolino que está a ser pavimentado e que o PS apoia estas medidas e apoiam essas obras, mas há ainda muitos aceiros e, infelizmente, ou felizmente, o concelho de Palmela tem um problema de dispersão de população e de habitação, e tal como o Sr. Presidente referiu, não seria correto da

parte do PS não perceber que a dispersão urbana traz problemas diversos, de infraestruturização, de qualidade de vida das populações e aquilo que elas merecem, mas há que fazer um esforço, porque efetivamente, estão no século XXI e têm de, efetivamente, condicionar a dispersão urbana, porque qualquer dia não vai haver dinheiro para fazer tudo aquilo que é preciso ser feito. Ainda assim, é preciso fazer aquilo que tem de ser feito, porque têm de fazer um esforço enorme para criar essas infraestruturas, tem de ser feito um grande investimento e, portanto, esse é claramente uma situação de futuro e de presente que tem de ser concretizada.

• **Contrato Interadministrativo entre o Governo e a AML (Área Metropolitana de Lisboa), relativo aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que tomou conhecimento há pouco, que o Governo, a Fertagus e a AML chegaram a um acordo sobre o passe único fosse também aceite pela Fertagus, para a área metropolitana de Lisboa. Considera que é uma boa notícia, especialmente para as pessoas que residem no Pinhal Novo, que utilizam muito esta ligação e, portanto, este passe no valor de 40€, vai ser para as famílias que utilizam a ferrovia nas suas migrações pendulares, é efetivamente uma boa notícia, que hoje podem aqui trazer e que a todos deve agradar.

• **Execução da variante ao Pinhal Novo – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere ainda que da parte do PS, tem um aliado para lutarem em conjunto pela variante do Pinhal Novo, que tarda, que amanhã já é tarde e, portanto, irão sempre lutar ao lado, se for preciso para que a variante à EN 252 se faça o mais depressa possível, porque é urgente e necessário qualificar o espaço urbano do Pinhal Novo e é necessário criar uma maior mobilidade de tráfego na passagem pela vila de Pinhal Novo.

Às intervenções apresentadas pelos Srs. Vereadores, são dadas as seguintes respostas:

_ Saúda o desenvolvimento e crescimento da vila de Pinhal Novo (Intervenção do Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que sobre a questão da infraestruturização do território recorda o Sr. Vereador Raul Cristovão que cada território é um território e que o município de Palmela tem elevados índices de infraestruturização comparado com outros territórios a nível nacional. Para isso, basta consultar os indicadores da Ersar e perceber como poucos concelhos com a dimensão do concelho de Palmela e com a dispersão do concelho de Palmela têm percentagens tão elevadas de infraestruturização. Uma outra questão é que essa infraestruturização tem sido feita, toda ela à custa dos impostos do município, dos cidadãos e à

custa do município, porque infelizmente, vários governos e do PS, neste caso concreto, está a desiludir, porque ainda hoje, houve uma reunião com o Sr. Secretário de Estado na qual não pode estar presente, mas as notícias que tem, não são aquelas que gostaria de ter, infelizmente continuam a não ter financiamento do PO-SEUR – Programa Operacional - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, para estes investimentos, ao contrário de outras zonas do país, prolongamentos de redes de água e esgotos, onde estão a fazer reabilitação da rede de águas e esgotos com 50 a 85% de financiamento e, aqui em Palmela não têm direito e, o único concurso que abriu, obrigava a aglomerados com 50 mil pessoas, por isso, pergunta a onde ir buscar financiamento para fazer esgotos, que têm um custo bastante alto, para um numero reduzido de pessoas, em que a ERSAR, entidade reguladora diz não ser rentável fazer esgotos nos Olhos de Água, porque o número de habitações não justifica o investimento. Isto está escrito nos regulamentos da entidade reguladora, mas o município vai fazer, infelizmente, vai fazer sozinho, ou seja, em vez de haver financiamento para os territórios periurbanos onde precisam de apoio para servir mais gente, só há financiamento para territórios extensamente povoados com 50 mil habitantes. Refere que o Sr. Secretário de Estado, por acaso, teve a honestidade de reconhecer que o Aviso tinha de ser alterado, mas ainda não alterou e só alguns municípios e alguns sistemas multimunicipais que nem sequer são intermunicipais, porque têm um acionista maioritário que nem sempre é o Estado central, muitas vezes são empresas privadas, é que estão a beneficiar deste esquema de financiamento.

E uma vez que mencionou a política, informa que o território já devia estar todo infraestruturado e era preciso que o Sr. Vereador Raul Cristovão se recordasse como é que este território foi emparcelado e o que é que nunca foi feito aqui. Tudo isto está a ser feito com muito esforço, e se só fizessem redes de esgotos e águas, que nenhum concelho tem executado a 100%, garantidamente, não teriam as escolas que têm hoje, com os equipamentos que têm, enfim, é uma opção política ter um centro cultural e uma biblioteca em todas as freguesias, é uma opção política, porque os cidadãos também precisam de outras coisas. Dentro deste equilíbrio de opções que tem sido feito no concelho de Palmela em que no último mandato foram feitas dezenas de quilómetros de novos asfaltamentos e repavimentações e neste mandato, também acha que vão bater o recorde.

Refere que os municípios têm as suas atribuições e competências e, para terem novas competências têm de ter verba, possibilidade de contratar mais pessoas para responder às situações, mas sobre esta questão da descentralização de competências, haverá oportunidade de voltar a ser discutida.

Considera positivo que o PS esteja com a CDU na questão da reivindicação da variante, e refere que foi feita uma proposta para o Plano Nacional de Investimentos 20/30, antes que o Governo atribua a responsabilidades das estradas nacionais às autarquias.

Relativamente aos logradouros e reabilitação de espaços urbanos no Pinhal Novo, refere que o município está a fazer aquilo que deve fazer enquanto entidade pública e representante dos munícipes, que é criar condições para a dinamização dos espaços e é isso que têm procurado fazer em matéria de reabilitação urbana. Refere ainda que é também uma questão de consciência dos cidadãos, porque ainda há cidadãos, sobretudo, num momento em que o mercado imobiliário começou a mexer novamente, acham que aquele pequeno lote que possuem, que poderiam reabilitar e ampliar, uma ampliação contida com a possibilidade atual em beneficiar de isenções e reduções de taxas, ainda acham que vão vender para ali fazerem um prédio com 8 fogos, com o mesmo raciocínio que tinham na época de 2005/2007, num espaço em que nem sequer seria possível estacionar os carros na cave. Portanto, considera que esse não deve ser o caminho a seguir, hoje há também investimentos de reabilitação urbana ao nível da eficiência energética, ao nível das redes de águas e de outras situações que com os projetos e candidaturas que têm e que estão muito bem encaminhados neste momento.

_ Contrato Interadministrativo entre o Governo e a AML (Área Metropolitana de Lisboa), relativo aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros (Assunto apresentado pelo Sr. Vereador Raul Cristovão) – O **Sr. Presidente** refere que este processo começou por uma reivindicação da CDU sobre o passe social intermodal e que tem 8 anos, tendo sido, várias vezes reprovado na Assembleia da República. Depois da cimeira das 2 áreas metropolitanas, entendeu-se que as autarquias não poderiam ficar com uma competência destas, tal como o anterior governo fez, quando atribuiu a competência dos transportes para os municípios sem falar no financiamento. É verdade que o atual Governo é diferente do anterior, mas terão de aguardar se a partir de 2020, esse financiamento chega, porque ainda não está legislado.

Neste momento registaram-se várias intervenções em simultâneo, não sendo audível, pelo que não é possível efetuar a transcrição para a ata.

O **Sr. Presidente** refere que ao contrário do que vários governos foram sempre dizendo sobre esta questão, há dinheiro para pagar os transportes, mas têm é de o desviar de outros sítios, porque está a ser mal gerido, ou seja, impostos como a percentagem sobre as portagens e sobre os produtos petrolíferos, nos outros países, este tipo de impostos desincentivam o uso de transporte individual, são redirecionados para financiar o uso do transporte coletivo. Considera que, em Portugal, ainda não tiveram a coragem de mexer nisto e nas concessões e nas scuts e exemplifica com a retirada das portagens na autoestrada entre o nó de Palmela e Setúbal, aí pouparia ao Estado Central, uma variante que custa entre 6 a 10 milhões de euros, que é a variante que está no PDM de Setúbal e de Palmela, poupariam esse dinheiro ao Estado.

Reafirma que esta questão dos passes é uma opção consciente dos municípios e que tendo dado este passo, naturalmente, o Governo não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Protocolo de Colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes.

PROPOSTA N.º SMPC 01_05-19:

«Considerando que:

1. Os protocolos de apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) celebrados entre a Câmara Municipal de Palmela e as três Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho têm-se revelado como importantes instrumentos de resposta às nossas comunidades, no domínio da prevenção e socorro;
2. Os mesmos têm a vigência de 2 anos, podendo ser renovados por igual período (cf. nº 2 da Cláusula Sexta), não obstante as várias revisões e atualizações de que têm sido objeto;
3. O último protocolo cessou a sua vigência em final de 2018, do qual resultou a previsão do aumento de 7 para 8 elementos que constituem os GBP;
4. As alterações legislativas entretanto ocorridas ou em curso, nomeadamente a que resulta no processo de descentralização de competências previstas para as autarquias locais, impõem a necessária e ponderada reflexão sobre a matéria da Proteção Civil e do Socorro;
5. Assim, e em resultado da reflexão realizada entre as partes - Câmara Municipal de Palmela e Associações Humanitárias de Bombeiros - propõe-se que:
 - i. A Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, celebrados com as Associações Humanitárias de

Bombeiros do Concelho, nos termos da minuta anexa à presente proposta, a qual incorpora as seguintes alterações:

1. Comparticipação destinada ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, que passa a ter o valor global de 390.852,00 € (trezentos e noventa mil, oitocentos e cinquenta e dois euros), a dividir pelas três associações, conforme quadro infra:

| Associação | N.º (mínimo) Elementos | Valor (€) |
|---|-------------------------------|------------------|
| Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela | 8 | 130.284,00 |
| Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo | 8 | 130.284,00 |
| Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura | 8 | 130.284,00 |
| TOTAIS | | |

O referido protocolo de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes tenha a duração de um ano (2019), com efeitos a partir de janeiro, podendo ser renovado por igual período.»

Sobre a proposta de Protocolo de Colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes numerada SMPC 01_05-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** solicita um pequeno esclarecimento relativamente ao que está referenciado no ponto 2 no considerando: "Os mesmos têm a vigência de 2 anos (...)" e, depois na página 4, refere que "o presente protocolo é válido por um ano(...)", questiona se é por causa da deliberação.

O **Sr. Presidente** refere que sobre a deliberação, têm 2 anos, mas a explicação está no fim, ou seja, propõe-se o valor atualizado e a vigência de um só ano.

Os **Srs. Vereadores António Braz e José Calado** pedem escusa da votação desta proposta, tendo este pedido sido aceite pelo **Sr. Presidente**.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela.

PROPOSTA N.º SMPC 02_05-19:

«Por deliberação da Câmara Municipal, de 21 de novembro de 2018, foi aprovado o início do procedimento de aprovação do Projeto de Regulamento de concessão de benefícios aos bombeiros/bombeiras do concelho de Palmela, bem como o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos.

No decurso do prazo estabelecido para o efeito, foram rececionados diversos contributos/sugestões, provenientes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de

Palmela, da Associação Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, da Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Aguas de Moura, da Liga dos Bombeiros Portugueses e ainda os contributos a título individual, de um município, pelo que se deu corpo ao processo de elaboração do projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela, que se junta em anexo.

Propõe-se assim que, em cumprimento do disposto no artigo 101.º, n.º 1.º Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o estatuído na alínea k), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar o Projeto de Regulamento de concessão de benefícios aos bombeiros/bombeiras do concelho de Palmela, para efeitos de sujeição do mesmo a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do CPA, porquanto a natureza da matéria claramente justifica a observância deste trâmite;
- Caso não ocorram alterações ao texto final proposto, em resultado da consulta pública, considerar esta Câmara Municipal desde já aprovado o projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela, desta feita, para efeitos da sua aprovação final por deliberação da Assembleia Municipal de Palmela, ao abrigo da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.»

Sobre a proposta de Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela numerada SMPC 02_05-19 intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** refere que este Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela, é uma novidade e por isso é aceite, contudo, o voluntariado ao nível dos bombeiros é preocupante e acredita que as 3 Associações do concelho de Palmela cada vez têm mais dificuldade em trazer pessoas para este voluntariado. Atualmente as pessoas ocupam mais o seu dia-a-dia no trabalho e essas dificuldades vêm-se nas associações. Refere que não sabe como é que vai decorrer nos próximos anos, aliás, o Sr. Presidente acabou de falar na alteração do Regulamento da Proteção Civil e quais as consequências que isso poderá provocar ao nível do voluntariado, aliás, acredita que qualquer dia acabará este voluntariado. Em relação à concessão de benefícios, considera que poderia ter ido mais além, no sentido de cativar as pessoas para o voluntariado, mas também entende que, sendo um 1.º passo é positivo, talvez no futuro, poder-se-á dar mais benefícios às pessoas que queiram enquadrar-se no voluntariado dos bombeiros. Refere que vai votar favoravelmente.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** considera que este Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiros/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela é de tal forma importante que, aquando o início do lançamento deste procedimento, naquela fase meramente administrativa, houve intervenções de todas as forças políticas manifestando a sua importância. Refere ainda que tinha alguma expectativa positiva com o regulamento, mas que ficaram muito defraudadas com o que agora é apresentado. Isto é, o regulamento tem direitos e benefícios, tem algumas questões importantes, mas tem aqui plasmado um direito/benefício que aparenta o "ser agraciado", uma distinção que qualquer cidadão e, naturalmente, os bombeiros pelos seus atos de heroísmo e altruísmo têm sido frequentemente agraciados por isso, contudo considera que deva ser um direito ou um benefício, porque isso é um reconhecimento da sociedade, ou seja um agradecimento pela atividade e pelos atos de Heroísmo e de alto risco. Mas, isto é um reparo que nem chega a ser uma crítica, em que provavelmente tenha sido visto nos regulamentos de outras autarquias, que também esta questão, aparece frequentemente, como sendo um direito/benefício. Considera que deve haver lugar ao reconhecimento, mas que não deveria estar contemplado como um direito ou benefício em regulamento.

Depois, refere que há alguns aspetos que ficam muito aquém do esperado, ou seja, no programa eleitoral da Coligação Palmela Mais, realçava muito a questão do voluntariado e dos incentivos ao voluntariado e considera que o voluntariado dos bombeiros é um voluntariado diferente daquilo que é o voluntariado em outras situações, porque em muitos casos estas pessoas põem em causa a própria vida para bem do próximo e na ajuda de todos. Portanto, está aqui uma série de benefícios que aparecem em muitas outras situações do concelho de Palmela em semelhança aos restantes cidadãos, independentemente de ser ou não bombeiros, pelo que acha que não existe aqui uma mais-valia pelo facto de serem bombeiros.

O **Sr. Presidente** solicita um exemplo ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere as questões que estão relacionadas com as utilizações dos equipamentos geridos EM Palmela Desporto, e apesar de achar que é importante, refere que há outras instituições que também têm esse benefícios ou esses descontos e, se calhar, faria mais sentido que houvesse algum incentivo ao nível do IMI, e não é ilegal porque existem outras autarquias que o regulamentaram. Também as questões dos seguros de acidentes pessoais.

O **Sr. Presidente** refere que isso já faz parte da legislação, é obrigatório.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere, também as questões relacionadas com o apoio jurídico em relação às atividades e também com algumas taxas que a autarquia cobra, como por exemplo as taxas urbanísticas, onde poderia haver um maior incentivo, aliás, nem está aqui como um incentivo, e considera que deveria ser colocado aqui como uma questão de reconhecimento pela atividade e pelo voluntariado que é prestada, e existem várias autarquias com esta questão das taxas urbanísticas entre os 50 a 70% em descontos, com a exceção das

piscinas. Em relação a outras taxas relacionadas como as da água e resíduos sólidos, também poderiam ter ido mais além, mas é um princípio e é melhor este regulamento do que não haver nenhum.

O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes e refere que não vai aprofundar o projeto de regulamento, uma vez que ainda vai entrar em discussão pública mas, de facto, considera que as expectativas poderiam eventualmente ser diferentes. Portanto, o PS vai aguardar que a discussão pública realce e traga outro tipo de incentivos ao voluntariado, tal como foi referido nas intervenções anteriores dos Srs. Vereadores José Calado e Paulo Ribeiro, uma vez que cada vez verifica-se uma maior dificuldade em ter voluntários nas corporações de bombeiros. No entanto, considera que existem questões, como a do IMI e outras taxas, que podem vir a discutir, ou seja, se legalmente podem vir a ser enquadradas ou não neste regulamento.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que quando o Sr. Presidente referiu na introdução que algumas propostas que foram feitas não tiveram a aceitação por parte da autarquia e como a oposição não participou nessas reuniões, questiona quais foram essas propostas que a autarquia não trouxe aqui, até porque algumas delas podem aparecer na fase da discussão pública.

O **Sr. Presidente** refere que se tal acontecer, naturalmente, não podem ser acolhidas porque não têm enquadramento legal ou distorcem questões que estão relacionadas com a equidade em relação aos restantes cidadãos. Aliás, estão aqui benefícios que já estão ligados a situações de igualdade, só têm discriminação se estiverem em situações de igualdade, porque quando referem critérios com base nos rendimentos que as pessoas auferem, isso distorcia outras questões de justiça social. Recorda que a questão de alguns benefícios nas reduções de IMI e outras que foram propagandeadas, não têm, efetivamente, o enquadramento legal e nas autarquias onde isso foi aprovado, esses regulamentos são nulos, ou nunca conseguiram aplicar essa redução, porque o exercício de poderes tributários e a atribuição de benefícios fiscais fora dos termos e âmbitos admitidos por lei, configurará um vício de nulidade, portanto, todas as propostas aqui apresentadas, não tiveram somente um tratamento técnico por parte dos serviços municipais de proteção civil, como também foram objeto de análise jurídica, por exemplo, a isenção ou redução de IRS não pode, porque tem de ser uma medida legislada a nível nacional; isenção de atos notariais, seguros de viaturas pessoais, portagens, enfim, houve uma série de propostas para todos os gostos. Na questão das taxas da água, os regulamentos municipais têm determinadas imposições da Entidade Reguladora, aliás o município de Palmela tinha uma tarifa social que beneficiava mais os cidadãos, mas depois da Assembleia da República ter legislado, no sentido de haver uma tarifa social obrigatória para todos os municípios, foi positivo para aqueles municípios que não tinham, mas para o caso de Palmela, acabou por ser pior, porque as regras para essa tarifa social dão menos benefício às pessoas. Portanto, não é possível fazê-lo em matéria de tarifas de prestação de serviços, estão a

equacionar a possibilidade, na questão da montagem do contador, porque uma coisa são taxas, outra coisa são tarifas e preços de alguns serviços em que podem equacionar.

Quando se fala aqui da dificuldade do voluntariado para estas situações, refere que há para as associações de Bombeiros, como há para as restantes situações, sobretudo para aquelas que implicam um sacrifício maior. É uma questão que tem de ser discutida, se não é preferível olhar antes para a profissionalização dos corpos de bombeiros. Para falar nisto, também se teria de falar nos GBP ou nas EIP's, porque servem para um determinado serviço, mas depois fazem falta para outros serviços do dia-a-dia sob pena de não conseguirem responder, até a apelos do sistema de saúde, o serviço de socorro na área das ambulâncias também deveria ser pago pelo Ministério da Saúde. Enfim, isto, para dizer que estudaram tudo com muita atenção, aliás, já havia um projeto base de regulamento feito, baseado naquilo que existe em Portugal e logo aí houve um escrutínio jurídico do que é que era admissível e não era admissível fazer. Também a Liga dos Bombeiros Portugueses, que chegou a fazer propostas mais ousadas, curiosamente, não propõe uma mexida no IMI, porque sabe que não há enquadramento legal para isso. Refere ainda que espera que possa haver mais uma ou outra ideia que seja possível acolher, no âmbito da consulta pública e cá estarão para analisar e, daí, haverá um relatório da consulta pública, como há uma informação técnica sobre estas matérias, que diz o que é aceitável, seja do ponto de vista legal ou por opção política. Portanto, uma série de ideias que estavam à espera de vir plasmadas no regulamento, não têm enquadramento legal, como por exemplo, seguros, sistema de saúde e ADSE, em que o município não pode deliberar.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que, quando o Sr. Presidente fala na questão da saúde, quer dizer que tem de haver um financiamento independente para os bombeiros, naturalmente, será isso que quis dizer na sua intervenção, mas, na verdade, os bombeiros ao terem um serviço de emergência médica em condições, estão a beneficiar as populações, porque, independentemente de não ser a Câmara Municipal a financiar esta área, a verdade é que se os bombeiros beneficiassem desse serviço, se proporcionasse também através da Câmara, por pressão dos municípios, um serviço de qualidade e exemplifica se não tivesse ambulâncias de emergência médica em quantidade suficiente no Pinhal Novo, em Palmela ou em Águas de Moura e cada munícipe que adoecesse e tivesse a necessidade dessa emergência médica e rapidez no seu atendimento, tinha de vir uma de Setúbal, demorando muito mais tempo. Portanto, acha que o Sr. Presidente devia congratular-se com este tipo de serviço que as Associações dos Bombeiros prestam, a rapidez, a qualidade com que o fazem, que resulta num benefício para as populações, aliás, as 3 corporações de bombeiros do concelho de Palmela estão altamente apetrechadas em capacidade humana e material para dar suporte a essas emergências e isso é, também, um benefício para os munícipes quando têm um problema grave de saúde que requeira urgência. Se a Câmara proporcionar esse serviço de qualidade seria bom para os munícipes.

O **Sr. Presidente** regista a opinião do Sr. Vereador José Calado e esclarece que esse raciocínio que referiu subverte tudo, ou seja, está a defender que sejam os municípios a assumir a responsabilidade nesse tipo de socorro e na saúde que é, claramente, uma competência do Estado Central. Evidentemente que fica muito satisfeito com o trabalho desenvolvido pelas 3 corporações de bombeiros do concelho de Palmela, mas também é evidente que o município, ao longo de anos, tem financiado as viaturas e parte dos seguros das ambulâncias. Todos os anos subsidiam cada associação com cerca de 30 mil euros para equipamento, que depois aplicam onde querem, também valorizam esse tipo de equipamento e o que está mal é o Estado demitir-se dessa responsabilidade, também está mal ser os municípios a pagar os GBP para estarem de plantão e depois, na realidade, estão a conduzir ambulâncias e a fazer serviços de saúde, que deveriam ser pagos pelos hospitais. Recorda que quando o anterior Governo, com o aplauso da Liga dos Bombeiros Portugueses, estipulou uma verba, uma percentagem que cada município tinha de atribuir a cada corporação de bombeiros, o município pagaria muito menos do que aquilo que paga atualmente. Os serviços na área da saúde têm um preço que tem de ser pago pelo Ministério da Saúde. O município financia os homens, financia, simbolicamente para a formação, mas isso permite às associações terem pessoas para esse serviço de socorro e indiretamente, acaba por financiar uma série de situações.

A questão da descentralização nesta área também não vai resolver nada, resolve a questão da EIP's quando há associações e municípios que estão a querer largar as EIP's. Gostava que esta discussão não fosse por este caminho, porque, de facto, não podem subverter aquilo que é competência de cada um, nas áreas da administração e nesta matéria, a Câmara Municipal de Palmela tem dado provas que tem estado no caminho certo.

Refere que algumas das propostas por muito bem-intencionadas que tenham sido, umas não têm enquadramento legal e outras não fazem qualquer sentido. Algumas propostas foram apresentadas de forma séria, mas baseadas num pressuposto que haveria enquadramento legal e volta a referir, que ficou impressionado com a proposta da Liga do Bombeiros Portugueses que reconheceu, que o que havia inicialmente proposto no seu programa de trabalho para os bombeiros e que tem estado a tentar colocar no cartão social do bombeiro, percebeu que não podia exigir isso aos municípios, porque são matérias que têm de ser discutidas a outro nível e, portanto, naquilo que está ao alcance do município, vão procurar satisfazer.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 3 – Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_05-19:

«O Associativismo assume-se, desde há muito tempo, como parceiro insubstituível no desenvolvimento do Concelho de Palmela, motivo pelo qual a Autarquia tem estruturado a sua ação em cooperação com os diferentes atores locais.

Neste contexto, as associações de moradores assumem um papel cada vez mais importante na dinamização da vida das respetivas comunidades.

Considerando que:

- a) O Município tem, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuições ao nível da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;
- b) No âmbito das suas atribuições, o Município promove a construção de espaços verdes e de equipamentos de utilização coletiva, cuja gestão pode ser, nos termos do art.º 46.º do RJUE, confiada a associações de moradores;
- c) É atribuição do município garantir que os equipamentos coletivos instalados em espaços da sua dominialidade cumpram os requisitos de segurança conformes à legislação em vigor.

A Câmara Municipal de Palmela e a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente, no âmbito do seu trabalho de cooperação, entendem como possível e tradutor de maior eficácia e eficiência, a celebração do presente acordo de Cooperação, que visa garantir a manutenção das condições de conservação, segurança e higiene dos equipamentos de utilização coletiva indicados na minuta que integra a presente proposta.

A presente proposta assume um encargo anual de € 2.000,00 (dois mil euros) devidamente previsto nos documentos previsionais em vigor.

Assim, **propõe-se**, de acordo com enquadramento legal atrás referido, aprovar o Presente Acordo de Cooperação, nos termos disposto nas alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Sobre a proposta de Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Palmela e a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente numerada DCDJ 01_05-19 intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** refere que em relação a esta proposta, chama a atenção para a sede desta Associação, que é uma casa quase em ruínas e alerta a Câmara para a possibilidade de poder ajudar no sentido de reconverter aquele espaço e torná-lo mais acessível às pessoas

que vivem naquela zona, também, para lhe conferir um melhor aspeto e para que a Associação tenha condições para desenvolver a sua atividade.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha**, no seguimento da questão apresentada pelo Sr. Vereador José Calado, informa que tanto a Câmara Municipal como a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, têm apoiado a Associação dos Amigos do Bairro da Confidente, no sentido de criar melhores condições para o usufruto das instalações, qualificar de modo a corresponder aquilo que são as expectativas da Associação.

O **Sr. Presidente** refere que foram feitas obras na sede da Associação dos Amigos do Bairro da Confidente e no Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo há uma candidatura para esse efeito.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Início dos Procedimentos de alteração aos Regulamentos Municipais de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Culturais Municipais e de Apoio ao Associativismo.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_05-19:

«Os Regulamentos de Funcionamento e Utilização dos Equipamentos Culturais Municipais e de Apoio ao Associativismo foram aprovados, respetivamente, em 2005 e 2015.

Decorridos vários anos da entrada em vigor dos referidos Regulamentos, verifica-se que é necessário proceder a alguns ajustamentos que se têm revelado necessários no decurso da aplicação dos mesmos, designadamente no que concerne à instrução dos pedidos, bem como à consagração de algumas normas relativas à competência.

De acordo com o Código do procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é necessário submeter, previamente, a deliberação do órgão executivo, o início do procedimento de elaboração do Regulamento, em cumprimento do disposto no seu artigo 98.º, pelo que **se propõe** que a Câmara Municipal de Palmela delibere:

- a) O início dos procedimentos de alteração aos Regulamentos Municipais dos Equipamentos Municipais e de Apoio ao Associativismo, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição de interessados e apresentação de contributos;
- b) Determinar que se podem constituir como interessados, todos aqueles que, nos termos do n.º 1, do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus e sujeições no âmbito das decisões que nele foram ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos

ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;

- c) Que os interessados podem constituir-se como tal a apresentarem os seus contributos para a alteração dos Regulamentos, até 10 dias após a publicitação do início dos procedimentos, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º do CPA;
- d) Que a constituição de interessados e contributos devem ser dirigidos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2950-001 Palmela ou onde se efetue atendimento ao público ou para o correio eletrónico geral@cm-palmela.pt.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Cedência temporária de domínio público para eventos de promoção de produtos locais.

PROPOSTA N.º DCTEL 01_05-19:

«A Câmara Municipal de Palmela considera o associativismo um parceiro insubstituível no desenvolvimento e coesão do território.

Os eventos de promoção da economia local são um exemplo de realizações do associativismo, que têm um impacto direto no desenvolvimento do território e na manutenção da génese rural do nosso concelho. Ano após ano, estas iniciativas têm-se consolidado como grandes montras para a apresentação da produção local, sobretudo do setor primário, recorrendo à utilização de espaços privados, bem como do espaço público, para onde mobilizam grande número de visitantes.

Iniciativas como a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e a Feira Comercial e Agrícola de Poceirão fazem parte do calendário das festividades locais e constituem espaços de oportunidade para um convívio entre produtores e consumidores.

Para a realização destes eventos, que em muito beneficiam as populações locais, as associações recorrem à utilização de espaços privados e públicos. A utilização do espaço público tem múltiplas utilizações, entre elas a instalação de estruturas de índole comercial, as quais representam também uma fonte de receitas para as entidades organizadoras.

Neste sentido e considerando:

- a) que estas associações realizam no Concelho iniciativas de promoção dos produtos locais, que registam um impacto importante para as comunidades locais e para as atividades económicas que promovem;
- b) que cabe à Câmara Municipal de Palmela apoiar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal;
- c) que as iniciativas necessitam, para a sua concretização, da utilização de espaço de domínio municipal;
- d) que a cedência de espaço de domínio municipal, público ou privado, se revela por isso um meio idóneo indispensável à normal realização das atividades;
- e) que as entidades promotoras assumem uma posição central na organização e planeamento do espaço de realização das iniciativas.

Propõe-se à Câmara Municipal de Palmela, em conformidade com a alínea u) n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberar:

1. As cedências precárias e gratuitas de domínio municipal, identificados no final da proposta, dos prazos definidos e conforme planta dos espaços em anexo, devendo igualmente os serviços municipais considerar que, durante o período de cedência, e por razões de circulação e segurança, será desaconselhável, salvo motivos ponderosos, proceder a licenciamentos precários de ocupação de via pública junto das vias de acessos à área cedida e noutros locais de proximidade que aconselhem a mesma prudência.
2. Todas as cedências são deliberadas no pressuposto do cumprimento pela entidade beneficiária dos normativos aplicáveis ao evento/iniciativa, e designadamente assegurando, dentro da área objeto de cedência, a normal circulação de veículos de emergência e socorro, bem como a livre circulação de residentes e outros usufrutuários de edificações ou outros imóveis.

Iniciativas a apoiar nesta proposta de cedência:

Mostra de Vinhos em Fernando Pó | 3, 4 e 5 de maio 2019

Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó

NIF: 501 626 999

Zona de implantação: Rua da Sociedade, Fernando Pó

Período de cedência: De 29 de abril a 7 de maio

Feira Comercial e Agrícola de Poceirão | 12, 13 e 14 de julho 2019

Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão

NIF: 504 699 725

Zona de implantação: Estrada Municipal 533; Rua Padre Vieira; Avenida de Palmela; Rua António Sérgio; Rua António Aleixo; Rua 5 de Outubro; Rua Alexandre Herculano, Poceirão

Período de cedência: 10 a 15 de julho.»

Sobre a proposta de Cedência temporária de domínio público para eventos de promoção de produtos locais numerada DCTEL 01_05-19 intervém:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** sublinha que esta proposta é também um apoio indireto do município de Palmela com tradução económica.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida.

PROPOSTA N.º DCTEL 02_05-19:

«O Festival do Queijo, Pão e Vinho tem construído uma história de sucesso e consolidado a sua posição de evento de referência na promoção dos produtos locais de qualidade da região. Hoje o Festival é um evento de referência e o primeiro do calendário dos grandes eventos do concelho de Palmela. Este projeto faz parte das apostas da Câmara Municipal de Palmela na manutenção da ruralidade do território e é um elemento fulcral no desenvolvimento turístico do nosso concelho.

Nascido como uma realização da Câmara Municipal de Palmela, o Festival do Queijo, Pão e Vinho é organizado desde 2007 pela Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida – ARCOLSA em conjunto com representantes do setor vitivinícola, da panificação e doçaria e com a participação e o apoio da Câmara Municipal.

Já na 25ª edição, o Festival continua a assentar na promoção dos produtores de queijo, pão, vinho, gastronomia e doçaria regional. A organização mantém a intenção de trazer ao Festival as ostras do Sado, que são outro produto regional de qualidade que se encontra em ascensão, diversificando a oferta dos produtos que se apresentam aos milhares de visitantes que, anualmente, visitam este certame.

Para a Câmara Municipal de Palmela, a promoção de produtos tradicionais é determinante para a preservação dos ecossistemas rurais e no processo de desenvolvimento sustentável do território.

Atendendo às características únicas do Festival do Queijo, Pão e Vinho, cuja organização complexa exige um vasto conjunto de recursos, a Autarquia propõe-se, para além dos apoios

logísticos e técnicos que já assegura, um montante estimado na ordem dos 9.300,00 EUR, e de acordo com o disposto na alínea u) n.º 1 do art. 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um apoio financeiro de € 4.000,00 (quatro mil euros) à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, por forma a contribuir para a realização e organização deste evento.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Início do procedimento de elaboração do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Palmela.

PROPOSTA N.º DCTEL 03_05-19:

«O atual Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais, aprovado em deliberação da Assembleia Municipal de Palmela, com data de 28 de setembro de 2010, foi elaborado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto.

Entretanto foi publicado o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que veio estabelecer o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), revogando, designadamente, o Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto, que atribuía aos Municípios a competência para regulamentar as condições gerais sanitárias dos mercados municipais, bem como as regras da ocupação dos locais neles existentes para exploração do comércio autorizado.

O referido RJACSR constitui um instrumento simplificador do enquadramento legal do acesso e exercício de determinadas atividades económicas, oferecendo maior segurança jurídica aos operadores económicos e promovendo um quadro legal mais favorável ao acesso e exercício daquelas, criando, simultaneamente, condições para um desenvolvimento económico sustentado, assente num quadro legislativo consolidado e estável, sistematizando num único diploma os regimes aplicáveis às atividades em causa e instituindo, para a generalidade daquelas, procedimentos padrão sujeitos a trâmites de aplicação geral.

Considerando, ainda, o estatuído no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 70.º do RJACSR, os mercados municipais devem dispor de um regulamento interno aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, no qual são estabelecidas normas relativas à organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança interior e do qual devem também constar, designadamente, as condições de admissão dos operadores económicos que exercem a atividade de comércio a retalho ou de prestação de serviços e os critérios de atribuição dos espaços de venda, bem como as regras da sua utilização, normas de funcionamento, nomeadamente relativas ao horário de funcionamento, às condições de acesso, às condições para realização de cargas e descargas, circulação e estacionamento, e ainda devem contemplar

formas de garantia exigidas aos titulares dos espaços de venda, regras de utilização das partes comuns, direitos e obrigações dos utentes, taxas a pagar por estes e as penalidades aplicáveis pelo incumprimento do regulamento.

Pelo exposto, torna-se necessário proceder à elaboração de um novo Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Palmela que se coadune com as novas normas legais em vigor quanto a esta matéria.

De acordo com o Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, é necessário submeter, previamente, a deliberação do órgão executivo, o início do procedimento de elaboração do Regulamento, em cumprimento do disposto no seu artigo 98.º, pelo que **se propõe** que a Câmara Municipal de Palmela delibere:

- a) O início do procedimento de elaboração do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Palmela, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição de interessados e apresentação de contributos;
- b) Determinar que se podem constituir como interessados, todos aqueles que, nos termos do n.º 1, do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus e sujeições no âmbito das decisões que nele foram ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins;
- c) Que os interessados podem constituir-se como tal a apresentarem os seus contributos para a alteração do Regulamento, até 10 dias após a publicitação do início dos procedimentos, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º do CPA;
- d) Que a constituição de interessados e contributos devem ser dirigidos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Largo do Município – 2950-001 Palmela, no balcão de atendimento ao público, ou para o correio eletrónico mercados@cm-palmela.pt.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e quinze minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezanove, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo*

Eduardo Matias Gomes Pacheco, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assinou.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco